



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1547888 - SC (2019/0220708-3)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : C DAS N L (PRESO)**  
**ADVOGADOS : CÉSAR RICARDO MIRANDA - SC048932**  
**SIDNEY FRANCISCO REIS DOS SANTOS - SC019852**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

### DECISÃO

Trata-se de agravo de C DAS N L contra decisão proferida no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TJSC que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal – CF.

Consta dos autos que o agravante foi denunciado como incurso no art. 217-A c/c o art. 226, inc. II, ambos do Código Penal – CP (estupro de vulnerável), sobrevivendo sentença que o condenou à pena de 12 anos de reclusão, em regime fechado, sendo deferido o direito de apelar em liberdade.

A defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi provido em parte pelo Tribunal *a quo*, nos termos de acórdão que foi assim ementado (fls. 310/322):

**APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ATOS LIBIDINOSOS DIVERSOS DA CONJUNÇÃO CARNAL. ALMEJADA ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS EM ESPECIAL PELAS PALAVRAS DA OFENDIDA, ALIADAS A PARECER PSICOLÓGICO. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA. TERCEIRA FASE. PRETENDIDO AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ART. 226, INC. II, DO CP. CONDIÇÃO DE AVÓ POR AFINIDADE APTA PARA JUSTIFICAR O ACRÉSCIMO DE PENA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ESTABELECIDOS NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. VERBA, ENTRETANTO, QUE DEVE LEVAR EM CONTA A ATUAÇÃO DO DEFENSOR E A COMPLEXIDADE DA CAUSA. MAJORAÇÃO DEVIDA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PLEITO A SER EFETUADO E APRECIADO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PEDIDO NÃO CONHECIDO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.**

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados, nos termos abaixo (fls. 354/360):

EMBARGOS DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. ALEGADA OMISSÃO NO QUE TANGE A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. TESE NÃO SUSCITADA NAS RAZÕES RECURSAIS. NÃO CONHECIMENTO. INVOCADAS OUTRAS OMISSÕES NO JULGADO. VÍCIOS INEXISTENTES. TESES DEVIDAMENTE EXAMINADAS. MERO INCONFORMISMO COM O RESULTADO DESFAVORÁVEL DO JULGAMENTO. PRETENDIDA REDISCUSSÃO. INVIABILIDADE NESTA MODALIDADE RECURSAL. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

Em sede de recurso especial, a defesa alegou violação aos arts. 155 e 386, *caput* e incisos I ou VII, do Código de processo Penal, apesar da existência de prova contundentes da falta de tipicidade formal da conduta.

Afirma, por outro lado, violação ao art. 252 *caput* e inc. III, do Código de Processo Penal, sustentando que o desembargador relator da apelação teria funcionado no processo em duas oportunidades, considerando ter participado do primeiro julgamento da apelação que foi desconstituído em sede de *habeas corpus* impetrado perante esta Corte, em razão da falta de intimação da defesa.

Alega dissídio jurisprudencial quanto ao valor das declarações da vítima. Afirma ilegalidade decorrente da aplicação da causa de aumento prevista no art. 226, inc. II, do Código Penal.

Pretende anulação do feito ou, ao menos, a exclusão da causa de aumento da pena.

Contrarrazões (fls. 394/402).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista o óbice das súmulas 7 e 83 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ (fls. 928/930).

Em agravo em recurso especial, a defesa refutou os referidos óbices (fls. 424/438).

Contraminuta às fls. 422/446.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 532/535).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do

recurso especial.

De início, no tocante à alegação de nulidade por violação ao art. 252, caput e inc. III do CPP, verifica-se que o Tribunal a quo apontou que:

*"Quanto à alegação de que este relator "figurou duas vezes como julgador e relator [...] sendo difícil de se acreditar que tenha atuado novamente no feito sem conceitos predeterminados em razão do primeiro julgamento" (fl. 3), ressalto que a determinação do STJ foi para que se desconstituísse o trânsito em julgado, anulasse o julgamento da apelação e realizasse novo julgamento, com a devida intimação da defesa, além de determinar o recolhimento do mandado de prisão expedido (fls. 296/300). Ou seja, a nulidade do julgamento se deu única e exclusivamente pela ausência de intimação do defensor -a qual resta sanada -, inexistindo qualquer outra mácula ou determinação de reanálise dos fatos. Cavia, portanto, a este relator o julgamento."*

Assim, não se vislumbra ofensa ao dispositivo apontado, considerando que a manifestação do Desembargador se deu **no mesmo grau de jurisdição**, em razão de anulação do acórdão anteriormente proferido por vício de intimação. A respeito, trago à colação:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO. RELATORA DA APELAÇÃO CRIMINAL. ATUAÇÃO COMO CORREGEDORA EM FATOS DITOS CORRELATOS. AUSÊNCIA DE CONEXÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO. REVERSÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. ART. 252 DO CPP. ROL TAXATIVO. HIPÓTESES NÃO CONFIGURADAS.

1. Entendendo o acórdão combatido pela inexistência de liame entre os fatos apurados nas ditas ações penais correlatas, a reversão do julgado, no ponto, exigiria o revolvimento fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula 7 do STJ.

2. **A causa de impedimento do art. 252, III, do CPP (tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão) incide na atuação no mesmo processo, em diferentes instâncias recursais, em homenagem ao princípio do duplo grau.**

3. A similaridade fática de origem dos processos administrativo e judicial não acarreta impedimento do juiz, por dar-se hipótese diversa da taxativamente indicada pelo art. 252, III, do CPP.

4. Recurso improvido.

(REsp 1171973/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 25/03/2015)

PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES. PARTICIPAÇÃO DE DESEMBARGADOR IMPEDIDO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. JULGAMENTO UNÂNIME. PRECEDENTES. PEDIDO INDEFERIDO.

**1. O art. 252 do Código de Processo Penal estabelece que o juiz não poderá exercer jurisdição em processo no qual já tenha atuado como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.**

2. No caso destes autos, participou do julgamento dos embargos infringentes e de nulidade membro do Ministério Público alçado ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia participado da sessão plenária do Tribunal do Júri, sendo também o signatário do recurso de apelação, provido por maioria, e que ensejou a oposição dos embargos previstos no art.

609, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

3. Entretanto, esta Corte Superior só reconhece haver nulidade no julgamento colegiado desde que, excluída a participação do magistrado impedido, pode haver modificação no resultado final.

4. Na hipótese, mesmo que se exclua o voto do magistrado impedido o resultado do julgamento não se modificaria, pois o voto proferido pela relatora foi acompanhado por todos os demais membros do Colegiado.

5. Pedido indeferido, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de origem para que aprecie os demais pleitos defensivos no recurso de apelação, julgando-os como entender de direito.

(Pet 12.290/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 30/08/2019)

Incidente, pois, à espécie, o enunciado da Súmula n. 83/STJ.

No tocante à alegação de violação aos arts. 155 e 386, *caput* e incisos I ou VII, do Código de processo Penal depreende-se do acórdão recorrido que a condenação foi mantida nesses termos:

*Inicialmente, ressalto que não há se falar em ausência de comprovação da materialidade pela inexistência de laudo pericial que venha a atestar o delito, haja vista que o crime em tela diz respeito a crime que, de modo geral, nem sempre deixa vestígios, uma vez que os resquícios da infração podem desaparecer em pouco tempo ou sequer existir.*

*Dito isso, registro que a materialidade e a autoria dos delitos restaram comprovadas por meio do boletim de*

ocorrência (fl. 3/3), dos relatórios de atendimento psicológico (fls. 05/11 e 13/18), e, em especial, da prova oral amealhada aos autos.

O acusado, por sua vez, limitou-se a negar as acusações, sem trazer aos autos qualquer justificativa plausível para o fato de a menina, que o via como seu avô, ter inventado a acusação. Ressaltou, no entanto, que a criança já havia sido vítima de abuso sexual anteriormente (fls. 26-27 e gravação audiovisual - fl. 163).

A genitora da menor, tanto na fase inquisitiva quanto em juízo, esclareceu que a pequena L. estava se queixando de dores ao urinar, e que ao questionar a criança, esta lhe relatou que o réu colocou o pênis em sua vagina, sem penetrar, além de outros atos libidinosos (fls. 22/23 e gravação audiovisual - fl. 163).

A genitora da menor, tanto na fase inquisitiva quanto em juízo, esclareceu que a pequena L. estava se queixando de dores ao urinar, e que ao questionar a criança, esta lhe relatou que o réu colocou o pênis em sua vagina, sem penetrar, além de outros atos libidinosos (fls. 22/23 e gravação audiovisual - fl. 163). A vítima foi ouvida pela psicóloga, na delegacia, e relatou que "ele tirava a minha roupa e mexia aqui em mim (aponta os genitais) e doía". Disse também que "ele mostrava o pinto e disse que o pinto dele era o Joãozinho e que a minha era Mariazinha. Ele fazia fazer no Joãozinho dele para cima e para baixo, falava que era gostoso. Ele colocou o Joãozinho dele na minha Mariazinha e usou camisinha", e que "mandou eu colocar a boca no Joãozinho dele". Por fim, disse que teve muita dor ao urinar e então contou à sua mãe o ocorrido (fl. 9).

Na delegacia, G., pai da vítima e enteado do apelante, afirmou que sua ex-companheira lhe ligou relatando os fatos, porém não acreditou no que R lhe disse. Confirmou que estava desempregado e recebi ajuda financeira de C., mas "não é por esta razão que vou defender ele" (fl. 25).

Em juízo, entretanto, alterou parcialmente suas declarações dizendo que nunca recebeu dinheiro de C. Relatou também que sua filha lhe contou sobre os fatos, ressaltando que C. teria usado camisinha, mas que foi até a casa deste "vasculhar todo o lixo" e não encontrou nenhuma (gravação audiovisual - fl. 163).

Ana Maria Pereira e Kariny Pereira Wiethorn foram ouvidas na como testemunhas de defesa, servindo apenas como abonatórias, uma vez que não testemunharam os fatos (gravação audiovisual - fl. 163).

Ocorre que a versão apresentada pela mãe da criança, nas duas oportunidades que foi ouvida, são condizentes com os relatos da menor perante a psicóloga, a qual ainda registrou:

[...] o relato da criança é claro e preciso, rico em detalhes, o que serve para reafirmar sua veracidade. Detalhes como o cheiro da casa (mofo), o uso da camisinha que ela descreve bem, etc., os nomes que o abusador deu para se referir aos genitais são bastante particulares e bem descritos e raramente poderiam ser inventados por uma criança desta idade. [...] O depoimento

*As pequenas divergências apresentadas são meramente circunstanciais e compreensíveis, em razão da idade da infante, e não afastam, de forma alguma, a veracidade das palavras da criança.*

*Como se sabe, "em tema de crimes contra os costumes, que geralmente ocorrem às escondidas, as declarações da vítima constituem prova de grande importância, bastando, por si só, para alicerçar o decreto de condenatório, mormente se tais declarações mostram-se plausíveis, coerentes e equilibradas, e com o apoio em indícios e circunstâncias recolhidas no processo (JCAT 76/639)" (MIRABETE, Julio Fabbrini. Código penal interpretado. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008, p. 1786).*

*Não bastassem os relatos supracitados, consta nos autos os relatórios elaborados pela psicóloga Clarissa Moreira Enderle (fls. 5/11 e 13/18). Ainda que a expert tenha observado que tal laudo não deve servir como única fonte de prova, deve-se considerar que o referido documento é apenas mais um entre os elementos probatórios trazidos aos autos que dão conta de ter o apelante praticado atos libidinosos contra a menor L. da V. P.*

*Assim, tendo em vista as declarações da ofendida perante a profissional habilitada, aliadas aos demais elementos probatórios trazidos aos autos, deve ser mantida a condenação de C. das N. L. pelo crime de estupro de vulnerável.*

Logo, para se concluir de modo diverso do Tribunal de origem, seria necessário o revolvimento fático-probatório, vedado conforme súmula 7/STJ. Cito precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 568/STJ. ART. 255, § 4º, DO RISTJ. PRÁTICA DE ATO LIBIDINOSO DIVERSO DA CONJUNÇÃO CARNAL. PASSADA DE MÃO, CONTATO FACIAL EM ÁREA DISTINTA DA BOCA, RÁPIDO ASSENTO NO COLO E PEDIDO NÃO SATISFEITO DE BEIJO. AUSÊNCIA DE CONTATO. DESCLASSIFICAÇÃO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ART. 65 DO DECRETO-LEI N. 3.688/1941. SUPORTE NAS PROVAS COLHIDAS NA INSTRUÇÃO. REVISÃO DE ENTENDIMENTO. INVIABILIDADE. MANUTENÇÃO DO ÓBICE CONSTANTE DA SÚMULA 7/STJ.**

*1. O argumento de que houve violação do princípio da colegialidade não merece prosperar, porquanto, conforme expressa previsão regimental (art. 255, § 4º, do RISTJ) e reiterada jurisprudência desta Corte, é possível ao relator, mesmo em matéria penal, não conhecer do recurso, provê-lo ou desprovê-lo, sem que haja ofensa ao referido postulado.*

2. Nos termos da Súmula 568/STJ e do art. 255, § 4º, do RISTJ, é possível que o Ministro Relator decida monocraticamente o recurso especial quando o apelo nobre for inadmissível, estiver prejudicado ou houver entendimento dominante acerca do tema. Além disso, a interposição do agravo regimental devolve ao Órgão Colegiado a matéria recursal, o que torna prejudicada eventual alegação de ofensa ao princípio da colegialidade (AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 1º/3/2019).

3. Tendo as instâncias ordinárias concluído, diante das provas colacionadas nos autos, que meros toques corporais, bolinagens, ou apalpadelas superficiais, de consequências menos intensas, destoam do tipo penal previsto como estupro de vulnerável, mas sim à contravenção penal de perturbação de tranquilidade, é inviável entender de modo diverso, dada a necessidade de revisão de elementos fático-probatórios, vedada nesta via recursal.

4. *Mutatis mutandis*: "A decisão que determinou o recebimento da denúncia teve por fundamento os elementos de prova existentes nos autos. A análise acerca da falta de justa causa para a ação penal bem como a ausência de indícios de autoria demanda o revolvimento de matéria atinente a fatos e provas, providência vedada na via eleita.

Súmula 7/STJ" (AgRg no AREsp n. 1.041.602/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 31/5/2017).

5. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1839755/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 16/03/2020)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. VÍTIMA MENOR DE 14 ANOS. DESCLASSIFICAÇÃO OU ATIPICIDADE. IMPOSSIBILIDADE. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA n. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É pacífica a compreensão de que o delito de estupro de vulnerável se consuma com a prática de qualquer ato de libidinagem ofensivo à dignidade sexual da vítima, conforme já consolidado por esta Corte Nacional.

2. Em se tratando de vítima menor de 14 anos, como no caso dos autos, a proteção integral à criança e ao adolescente, em especial no que se refere às agressões sexuais, é preocupação constante de nosso Estado (art. 227, caput, c/c o § 4º, da Constituição da República) e de instrumentos internacionais.

3. Para entender-se pela absolvição do recorrente, seria necessário o revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos, providência que, conforme cediço, é incabível na via do recurso especial, consoante o enunciado na Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AgRg no AREsp 1518912/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DA DECISÃO ATACADA. AGRAVO QUE DEVE SER CONHECIDO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ABSOLVIÇÃO. SÚMULA 7/STJ. PROVA PERICIAL NÃO PRODUZIDA. PRESCINDIBILIDADE. HIGIDEZ DO CONJUNTO PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MAS LHE NEGAR PROVIMENTO.

1. Reconhecida a impugnação a todos os fundamentos da decisão atacada, deve ser conhecido o agravo em recurso especial.

2. Concluindo o Tribunal de origem, soberano na análise probatória, pela autoria e materialidade delitiva, a alteração do julgado, para fins de absolvição, demandaria revolvimento de provas, o que não se admite a teor da Súmula 7/STJ.

3. A não realização de laudo pericial não compromete a higidez do conjunto probatório que indica a existência de elementos concretos, coesos e idôneos a ensejar a condenação pelo crime de estupro de vulnerável.

4. É firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que, em crimes contra a liberdade sexual, praticados, em regra, de modo clandestino, a palavra da vítima possui especial relevância, notadamente quando corroborada por outros elementos probatórios.

5. Agravo regimental provido para conhecer do agravo em recurso especial mas lhe negar provimento. (AgRg no AREsp 1586879/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 09/03/2020)

Por fim, o pedido de exclusão da causa de aumento da pena, considerando-se que o recorrente não era avô, no sentido técnico da expressão, não procede. Segundo entendeu o acórdão recorrido "que o próprio acusado, quando interrogado, afirmou que era companheiro da avó da menor e que exercia a função de avô de L. Tanto é a verdade que C. não nega que no dia dos fatos estava com a criança, tendo a levado para passear, o que fazia com regularidade quando a genitora de L. trabalhava." (fl. 286). Assim, configurada a relação de autoridade entre autor e vítima, deve ser mantida a causa de aumento da pena.

A respeito:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. TENRA IDADE DA VÍTIMA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CAUSA DE AUMENTO. AT. 226, INCISO II DO CP. TIO DA VÍTIMA. AUMENTO APLICÁVEL SEMPRE QUE O AUTOR



EXERCE AUTORIDADE SOBRE A VÍTIMA. CONTINUIDADE DELITIVA. CRIMES PERPETRADOS DURANTE UM MÊS. FRAÇÃO INTERMEDIÁRIA.

ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Esta Corte admite a revisão da pena-base quando não constata a indicação de dados concretos, extraídos da conduta imputada ao acusado, e que demonstrem a gravidade diferenciada da conduta, descrevendo fatos que desbordam do tipo penal atribuído ao paciente.

3. A presença de sequelas psicológicas decorrentes do abuso sexual tem sido considerado fundamento idôneo para justificar o afastamento da pena-base do piso legal, pois demonstra que a conduta do agente extrapolou os limites ordinários do tipo penal violado, merecendo, portanto, maior repreensão. Esse fundamento é reforçado pela tenra idade da vítima, de modo que está delineado quadro fático apto a legitimar a elevação da pena-base. Precedentes.

4. Dessume-se dos autos que, aos olhos da vítima, o paciente era seu tio, de forma que claramente o agente exercia autoridade sobre a vítima. Em decorrência desse fato, mostra-se adequada a elevação da pena pela incidência da causa de aumento prevista no art. 226, inciso II, do Código Penal.

5. A fração de aumento da pena pela continuidade delitiva prevista no art. 71, caput, do Código Penal, é determinada pelo número de infrações praticadas. Entretanto, a indeterminação do número exato de ocorrências de estupro de vulnerável não impede a fixação de fração superior à mínima legal quando os abusos comprovadamente ocorreram diversas vezes em determinado período, como na espécie.

6. O aumento máximo da sanção, aplicando-se a fração de 2/3, tem sido usualmente empregado em situações nas quais é possível presumir, em razão de os abusos terem ocorrido por tempo prolongado, que os fatos se repetiram em quantidade igual ou superior àquela utilizada para justificar a exasperação máxima, nas hipóteses em que o número de infrações é conhecido.

7. Neste caso, porém, o lapso temporal em que ocorreram os delitos é exíguo, o que não autoriza tal presunção, de modo que cabe aqui o redimensionamento proporcional da sanção, reduzindo-se a fração de aumento para 1/5.

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para redimensionar a pena 16 anos, 2 meses e 12 dias de reclusão, mantidos os demais termos do acórdão impugnado. (HC 538.631/RJ, Rel. Ministro

Diante do exposto, admito o agravo em recurso especial, conheço do recurso especial e, com fundamento na súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator